

UMA GEOGRAFIA DECOLONIAL DA PANDEMIA



Porto-Gonçalves, Carlos Walter; Rocha, Pedro Henrique; Trindade, Helena

Carlos Walter Porto-Gonçalves

cwpg@uol.com.br

Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Pedro Henrique Rocha

pehenrique@id.uff.br

Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Helena Trindade

helenatrindade@id.uff.br

Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Revista Ensaio de Geografia

Universidade Federal Fluminense, Brasil

ISSN-e: 2316-8544

Periodicidade: Cuatrimestral

vol. 9, núm. 19, 2022

revistanesaiosdegeografia@gmail.com

URL: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/754/7543791005/>

https://periodicos.uff.br/ensaio_posgeo/about



Este trabalho está sob uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

Resumo: Este trabalho busca analisar a pandemia provocada pela COVID-19 (*CoronavirusDisease 19*) no ano de 2020 a partir de uma leitura decolonial dos seus acontecimentos. Compreendendo as assimetrias das relações sociais e de poder, buscou-se analisar quais os impactos e os efeitos do coronavírus nos territórios e nas diferentes geografias, sobretudo em uma escala de análise global, e quais os impactos e os efeitos do vírus foram agravados pelos discursos e ações coloniais.

Palavras-chave: Coronavírus, decolonialidade, pandemia.

Abstract: This paper seeks to analyze the pandemic caused by COVID-19 (Coronavirus Disease 19) in the year 2020 from a decolonial reading of its events. Understanding the asymmetries of social and power relations, it sought to analyze which impacts and effects of the coronavirus in territories and different geographies, especially on a global scale of analysis, and which impacts and effects of the virus were aggravated by colonial discourses and actions.

Coronavirus; decoloniality; pandemic.

Keywords: Coronavirus, decoloniality, pandemic.

Resumen: Este trabajo pretende analizar la pandemia provocada por el COVID-19 (Coronavirus Disease 19) en el año 2020 desde una lectura decolonial. Entendiendo las asimetrías de las relaciones sociales y de poder, se buscó analizar qué impactos y efectos del coronavirus en los territorios y en las diferentes geografías, especialmente en una escala global de análisis, y qué impactos y efectos del virus fueron agravados por los discursos y acciones coloniales.

Palabras clave: Coronavirus, decolonialidad, pandemia.

INTRODUÇÃO

Este artigo está impregnado pelo clima que deriva de seu próprio objeto de estudo, a pandemia causada pela COVID-19. Temos aqui os primeiros resultados derivados de uma análise geográfica da dinâmica pandêmica numa escala global no ano de 2020. Foi necessário, para isso, recorrer ao patrimônio de conhecimento já acumulado para tratar de epidemias e pandemias em sua dimensão geográfica. No entanto, é necessário ressaltar que a pesquisa estava sendo feita a respeito de um vírus que estava, e ainda está fazendo, sua própria Geografia, sua própria História e, por conta disso, ressaltamos que o corte temporal é o período em que observamos as marcas da primeira onda de casos de COVID-19 pelo globo e uma pequena parte da segunda

onda. Destacamos, também, que é um período anterior à difusão da vacinação e da difusão de novas variantes (contemplando apenas o início dos destaques e das dúvidas sobre as variantes Alpha, Beta, Gamma e Delta).

Nesse cenário, procuramos dar conta dessa dinâmica não só recorrendo à literatura científica especializada, como também aos pareceres das organizações nacionais e internacionais de saúde, às coberturas da mídia por sua dupla natureza de informar e fazer ver a realidade produzindo-a e, ainda, às posições de movimentos sociais organizados e seus posicionamentos a respeito da pandemia que procurava dar conta da visão que emanava dos que mais sofriam os efeitos da pandemia.

Com isso, partimos do pressuposto teórico que vivemos uma quadra histórica que vem sendo caracterizada como caos sistêmico (ARRIGHI, 1996; WALLERSTEIN, 2002), como crise de um padrão de poder e de saber (QUIJANO, 2010), ou como crise de uma geopolítica do conhecimento (MIGNOLO, 2005) que nos governa há 500 anos. Como sabemos, desde Fernand Braudel, tempos vários se imbricam desde os tempos de larga e média duração ao tempo dos acontecimentos (BRAUDEL, s/d *apud* WALLERSTEIN, 2002). Trata-se de um momento de crise civilizatória, sobretudo de uma civilização que se impôs ao mundo através de uma racionalidade técnico-econômica a que subjaz uma vontade de poder de “dominação da natureza”, conforme a expressão emblemática de Francis Bacon (1561-1626). Para, aí sim, interpretarmos a dinâmica provocada pela COVID-19.

PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

A pandemia provocada pela COVID-19, deve ser entendida nessa quadra histórica como um evento imbricado nesse tempo civilizatório e em um tempo marcado pela racionalidade técnico-econômica. Nesse contexto, a crise de hegemonia política, geopolítica, se manifesta com toda força e qualquer evento se torna uma oportunidade para se afirmar e/ou desqualificar eventuais adversários (SANTOS, 2014). É o que observamos com relação à pandemia, pelo caráter global nela implicado e no desconhecimento da sua natureza cujos efeitos ameaçadores implica a todos. As divergentes narrativas já começam pelas abordagens sobre a origem do vírus. Acautelamo-nos “na guerra, a primeira vítima é a verdade” (Ésquilo, 525 - 456 a.C.). Assim, dentre as várias hipóteses sobre a origem da COVID-19

uma delas seria que o vírus teria escapado de um laboratório de investigação de armas biológicas que incluía manipulação genética – ou outros meios – de vírus e bactérias para fazê-los mais infecciosos a seres humanos, supostamente em busca de vacinas e antídotos contra eles (RIBEIRO, 2021).

Nesse caso, analistas localizam laboratórios tanto estadunidenses, quanto chineses como possíveis lugares de origem^[5]. A analista Silvia Ribeiro, do ETCGroup^[6] nos informa que há

outras hipóteses que associam a origem e difusão do SARS 2 – e outras enfermidades zoonóticas e pandêmicas, como a gripe aviária e a suína – às interações do sistema alimentar e agropecuário industrial, à destruição da biodiversidade, ao aumento de transportes por tratados de livre comércio, aos deficientes sistemas de saúde e à falta de acesso à água e à alimentação sadia [que] não são opostas. São complementares, em qualquer caso amplificam os impactos. Apesar das enormes inversões públicas em arriscadas aventuras corporativas como vacinas gênicas, as causas da pandemia seguem intactas, gestando as próximas (RIBEIRO, 2021. Tradução nossa.).

As epidemias que grassaram em diversas regiões do mundo nos últimos 20 anos (SARS, MERS, Gripe Aviária – H5N1, Gripe Suína – H1N1, Ebola, Zika, COVID-19, entre outros), tiveram sua origem na expansão/invasão de um modo de produção industrial que vem substituindo geossistemas, sobretudo não-urbanos (ecossistemas e agrossistemas), que se reproduziam/reproduzem com base no Sol nosso de cada dia (fotossíntese), por geossistemas com base na energia fóssil. Ou seja, na energia mineralizada há milhões de anos sob a forma de carvão, gás e petróleo. Passamos, assim, de modos de produção/reprodução com base

na *neguentropia*^[7] (LEFF, 2004), na *autopoiesis*^[8] (MATURANA; VARELA; ACUÑA LLORENS, 1997), para um modo de produção/reprodução entrópico.

Esse modo de produção/reprodução urbanocêntrico implicou, sobretudo nos anos pós-Segunda Guerra, um aumento exponencial da demanda de matéria e energia, o que proporcionou a invasão de territórios outros. Dinâmica que favoreceu o capital em seus modos financeiro, industrial, extrativismo mineral e, particularmente para o que nos interessa mais de perto, uma agropecuária com base na industrialização com monoculturas de plantas e de animais. Essa agropecuária com base na industrialização produz não só muitos grãos e muita carne, como produz também populações de sem-terra desruralizadas e sub-urbanizadas em condições precárias. E agora, com o Coronavírus, se torna público que também produz patógenos que afetam as populações mais vulneráveis seja por sua idade, seja por suas condições socioambientais precárias.

Como “em qualquer tempo e em qualquer época, a saúde humana tende a seguir as tendências dos sistemas sociais e do ambiente natural” (EPSTEIN, 1997 apud HERRERA, 2020, p. 3), o aparecimento das doenças acima mencionadas indica que definitivamente não escapamos, como sociedade, do metabolismo da reprodução da vida. As cadeias tróficas não são externas às sociedades humanas e as sociedades humanas não se desenvolvem fora da natureza, como pensa a racionalidade que se impôs ao mundo desde o Renascimento e o Iluminismo europeus, com sua geopolítica do conhecimento (MIGNOLO, 2020). Afinal, os seres humanos que conformam as sociedades culturalmente referidas e politicamente organizadas são seres biológicos e os corpos de cada quem são a melhor síntese (*bios + polis*) da relação sociedade-natureza. Enfim, a vida, como tal, estava fora do horizonte epistêmico e político desse magma de significações imaginárias (CASTORIADIS, 1982), como vem insistindo o filósofo Enrique Leff (2004). Afinal, tem prevalecido a produção sobre a reprodução e o trabalho sobre a vida, conceitos que devem ser dialetizados e não dicotomizados como até aqui (GUIMARÃES, 2015; 2019).

Nesse sentido, a pandemia provocada pela COVID-19 é um forte indicador do caos sistêmico dos tempos que vivemos. A patologia encontrou a população mundial em uma situação de extrema vulnerabilidade, ainda que de modo desigual segundo a sua geografia social e política em sua colonialidade constituinte. Vejamos.

A GEOGRAFIZAÇÃO DO CORONAVÍRUS

Ainda que a velocidade de propagação do vírus seja uma característica que difere o SARS-CoV2 de outros vírus/patologias, a velocidade em que os saltos epidemiológicos-geográficos ocorreram desde Wuhan, na China, até os países vizinhos da Ásia e para a França, Itália e Estados Unidos, foi muito rápido. Acompanhamos a hipótese apontada por Ricardo Méndez (2020) ao nos dizer que

A transmissão das epidemias é conformada por um processo espaço-temporal complexo, que tem lugar em diferentes escalas [...] essa complexidade tem sido aumentada com a globalização, que facilita a propagação das enfermidades virais através das múltiplas redes de comunicação que servem de veículos para uma mobilidade humana crescente e aceleram os processos, pelos quais resultam em uma dificuldade cada vez maior de desenvolvimento de estratégias efetivas de contenção (MÉNDEZ, 2020, p. 39. Tradução nossa).

O autor também afirma que a difusão espacial do SARS-CoV2, a princípio esteve relacionada com o transporte aeroviário. Assim, divide a difusão da patologia em três etapas.

Na primeira, desde o foco originário de Wuhan se iniciou uma difusão local, a curta distância, que logo se prolongou de forma axial ao largo das principais vias de comunicação para Shanghai, Pequim, Guangzhou e Shenzhen. Na segunda, desde começos de 2020, aproximadamente, a onda de contágio se trasladou, com rapidez para as grandes cidades europeias, asiáticas e estadunidenses, que são as mais conectadas com as metrópoles chinesas, assim como entre umas e outras (em menor medida para as megalópoles de outras regiões), o que deu prioridade à difusão por saltos. Em uma terceira etapa, o vírus se estendeu no interior dessas grandes áreas urbanas e em seus entornos periurbanos com um grande número de segundas residências,

para transladar-se também em cascata para outras cidades de nível inferior ou para espaços turísticos, cobrando de novo importância a difusão por contiguidade e hierárquica (MÉNDEZ, 2020, p. 47. Tradução nossa).

Chama a atenção o fato de serem as camadas mais favorecidas da população as que, a princípio, veicularam a COVID-19 com seus próprios corpos em movimento. Não esqueçamos que, ainda que cada vez mais gente se desloque de avião, este modal está longe de ser o principal meio de transporte dos grupos/classes sociais em situação de opressão/exploração/subalternização.

O caráter assimétrico das relações sociais e de poder da sociedade se mostrou, sobretudo, na segunda etapa da pandemia com a contaminação comunitária. As classes médias e ricas da sociedade, é dizer, aquelas que se apropriam da maior parte da riqueza que, no fundo, é produzida por todos, desfrutam de condições que lhes permitem se proteger de uma eventual contaminação mantendo isolamento social e tendo condições de higiene tanto ambientais (urbanísticas, como acesso a água, energia, coleta de lixo, saneamento básico) como pessoais (lavar as mãos, usar máscaras e usar álcool em gel). São os que precisam sair de casa para trabalhar, diga-se de passagem, não só para ganhar o pão de cada dia, mas também para produzir a riqueza desfrutada por todos ainda que de modo desigual, os que ficam mais expostos à aglomeração nos transportes coletivos, quase sempre de péssima qualidade e, assim, mais expostos à contaminação pelo Coronavírus.

Haja contradição: toda a recomendação é para que se mantenha o isolamento social quando a maior parte da população não tem condições de fazê-lo, haja vista viver em situação de opressão/exploração/subalternização que a impede de cumprir a recomendação. Assim, suas precárias condições de vida lhes impõem condições de morte, seja pela contaminação do vírus, seja pela fome.

AS DIFERENTES SITUAÇÕES DA PANDEMIA SEGUNDO AS REGIÕES DO MUNDO EM 2020

Um olhar sobre a geografia mundial da COVID-19, através dos dados consolidados pela OMS até o dia 27 de dezembro de 2020, registra que 79.231.893 pessoas haviam sido infectadas com a patologia e que 1.754.574 pessoas foram a óbito em decorrência, uma letalidade de 2,2%. Números verdadeiramente extraordinários e preocupantes, ainda que a figura a seguir traga surpresas em sua Geografia!

Figura 1: Casos e óbitos de COVID-19 reportados semanalmente pelas regiões da OMS até 27/12/2020

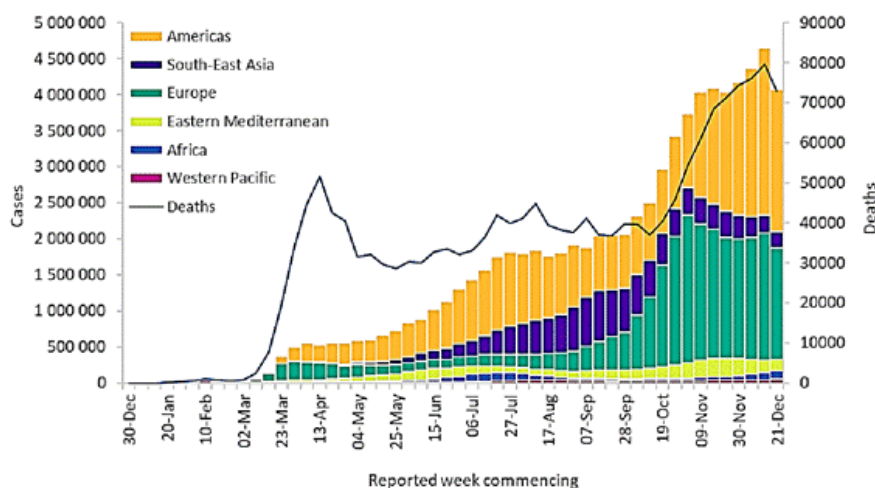


FIGURA 1

Casos e óbitos de COVID19 reportados semanalmente pelas regiões da OMS até 27/12/2020

Fonte: OMS (2020)

O gráfico da figura acima, sintetiza o comportamento da pandemia de COVID-19 no mundo no ano de 2020 e nos permite identificar o comportamento em ondas da patologia. Uma primeira onda de casos e óbitos

é vista desde o início de janeiro até maio, nos meses subsequentes uma relativa estabilização pôde ser observada até setembro/outubro, quando uma nova onda de casos e óbitos voltam a se desenvolver, caracterizando uma segunda onda. De acordo com alguns especialistas esse comportamento em ondas da pandemia pode ser explicado, num primeiro momento, pela introdução e dispersão do vírus pelos continentes/regiões do globo, posteriormente pelo efeito das medidas de isolamento social e uso de máscaras e, por fim, pelo surgimento de novas variantes do vírus com as inicialmente batizadas cepas britânica, sul-africana, amazônica e indiana e posteriormente batizadas como Alpha, Beta, Gamma e Delta, respectivamente (GIANNINI, 2021).

Em todo o período acima considerado se destacam, pelos elevados números de casos e óbitos, as Américas (EUA e Brasil à frente) e a Europa seguidos pelo Sul-Sudeste da Ásia (onde estão Índia e Paquistão) e o Oriente Médio. A África e o Pacífico Oeste (onde estão a China, o Japão e as Coreias) apresentam os menores registros, ainda que por razões diferentes. Observe ainda na figura 1 que, desde março de 2020, quando o número de casos de contaminação da COVID-19 atingira 500 mil pessoas, as Américas passaram a liderar esse nefasto *ranking*, superando a Europa. Desde outubro, quando o número de casos no mundo havia se multiplicado por 6, atingindo 3 milhões de pessoas infectadas, a Europa volta a rivalizar com os EUA.

Tabela 1: Casos, óbitos e letalidade por COVID-19 no mundo até 27/12/2020

Regiões da OMS	Casos			Óbitos			Letalidade
	Acumulados	por milhão de habitantes	%	Acumulados	por milhão de habitantes	%	
África	1.831.227	1.632	2%	40.299	36	2%	2,2
Américas	34.403.371	33.637	43%	840.247	822	47%	2,4
Europa	25.271.220	27.074	31%	554.716	594	31%	2,2
Oriente Médio	4.823.157	6.600	6%	119.004	163	6%	2,5
Pacífico Oeste	1.059.751	539	1%	19.558	10	1%	1,8
Sul e Sudeste da Ásia	11.842.422	5.859	14%	180.737	89	10%	1,5
Global	79.231.893	10.165	100%	1.754.574	225	100%	2,2

Fonte: OMS (2020)

Os dados da tabela 1 acima precisam ser analisados com cuidado, pois além do que sugere o título, revelam não somente os casos de contaminação e óbitos pela COVID-19 em suas proporções, segundo as diversas regiões com que a OMS regionaliza o mundo. Não, esses dados revelam as condições desiguais com que as diferentes regiões e seus estados se encontram para se protegerem de fenômenos como as epidemias e pandemias.

As Américas, com 43% do total de pessoas contaminadas, e a Europa com 31%, ultrapassam em muito a sua porcentagem demográfica mundial de 13,4% e 12,3%, respectivamente. Em outros termos/números, as Américas e a Europa somadas registraram 74% dos contaminados do mundo com uma população de 25,7%! Esses números indicam não somente a extraordinária contaminação dessas populações, mas também o maior número de testes aplicados à população, o que permite um maior número de registros de contaminados. Note-se, no entanto, que mesmo registrando 74% dos contaminados por COVID-19 no mundo, essas duas regiões, com apenas 25,7% da população mundial, registraram 79% dos óbitos por COVID-19 no mundo até 27/12/2020, segundo a OMS! Há de se considerar que há subnotificação nas regiões periféricas e dependentes, o que indica mais um dos efeitos perversos de um sistema mundo capitalista moderno-colonial por suas implicações para a humanidade como um todo!

O desconhecido da natureza do Coronavírus, a vulnerabilidade da população (doenças prévias, precariedade de condições urbanísticas, precariedade laboral, composição etária) e a limitação dos sistemas

médico-hospitalares para assimilar a velocidade da contaminação jogaram, cada um a seu modo (em que proporção?), um papel nesses números assustadores, sobretudo nessas regiões^[9] que gozam dos melhores índices de desenvolvimento humano, segundo critérios *eeuurocêntricos* como IDH, renda per capita, PIB e outros que vêm sendo usados pela ONU e outras organizações (que deveriam ser) multilaterais.

Tabela 2: Taxa de casos de COVID-19 por países

Posição	País	Casos/milhão de habitantes	Região da OMS
1	Andorra	101.029	Europa
2	Montenegro	74.419	Europa
3	Luxemburgo	73.127	Europa
4	San Marino	66.710	Europa
5	Rep. Tcheca	62.620	Europa
6	Polinésia Francesa	58.916	Pacífico Oeste
7	Estados Unidos	56.341	Américas
8	Geórgia	55.552	Europa
9	Bélgica	55.125	Europa
10	Eslovênia	54.928	Europa
	Global	10.165	

Fonte: OMS (2020)

Dos 10 países com as maiores taxas de casos por milhão de habitantes, como vemos na tabela acima, 8 são europeus e 1 é americano (EUA), somente a Polinésia Francesa se situa fora das regiões “mais desenvolvidas”. Tudo indica que a conectividade à economia globalizada jogue um papel preponderante nessas taxas espetaculares da Europa e dos Estados Unidos, já que a concentração demográfica em metrópoles, associada à maior mobilidade das populações pelas facilidades de transportes, tornaram-se condições favoráveis à propagação do vírus, dada a velocidade com que o Coronavírus se propaga. A maior proporção de idosos no conjunto da população também contribuiu para esses números elevados haja vista a maior vulnerabilidade do grupo etário. Lembrando que no período de nossa análise as populações mais idosas eram as mais afetadas pelos efeitos do vírus, sobretudo no número de óbitos, mas com o início da segunda onda e o avanço das novas variantes, que ficam mais evidentes no ano de 2021, a proporção de casos e óbitos por faixa etária se modifica, dando, assim, os maiores destaques para a população jovem.

Ainda que as Américas apresentem níveis de “desenvolvimento econômico” muito desiguais entre seus diferentes países, assim como no interior dos países, é de se registrar, com surpresa, o fato do país economicamente mais potente, os EUA, figurar como o primeiro entre os países com mais casos e óbitos acumulados, com 18.648.989 e 328.014 respectivamente. Há que se considerar, ainda, nos EUA, dois fenômenos que vêm contribuindo para esses números elevados de casos e óbitos, a saber: o empobrecimento da população que vem se acentuando nas últimas décadas e a ausência de proteção pública à saúde da população (DAVIS, 2020).

Outro ponto a se considerar nos valores extraordinários estadunidenses é a falta de coordenação política entre os diferentes federados sob o governo Donald Trump. Tudo indica que uma política de caráter liberal sem coordenação de autoridades e sem um caráter de interesse público tenha pouca eficácia nesses casos, como indicaram os dados de março de 2021 após os impactos de medidas de proteção social do governo Joe Biden, empossado em janeiro de 2021. Consideremos que em países de grande extensão territorial a ação coordenada entre os diferentes entes político-administrativos (nacionais e subnacionais) se torna ainda mais necessária; como se viu pelo êxito no isolamento de Wuhan, na China, para proteger o restante do país, e como se viu o contrário nos Estados Unidos durante o governo Trump – e se observa com os problemas na vacinação com o governo Biden^[10] – e se viu e vem observando no Brasil.

Ainda sobre os dados da OMS, chama-nos a atenção que duas das regiões mundiais situadas no continente asiático, a saber, o Sul-Sudeste da Ásia e o Pacífico Oeste^[11], com 51,7% da população mundial tenham registrado somente 15% do total de contaminados no mundo e 11% dos óbitos! É interessante observar os índices de contaminados e de óbitos na região do Pacífico Oeste, onde estão localizados a China, o Japão e as duas Coreias. Apesar de ser uma região de grande contingente demográfico, com 25,4% da população mundial, não foi aí que o vírus se propagou com mais intensidade nas condições de contaminação comunitária/territorial^[12]. Talvez caiba, aqui, uma outra hipótese para que entendamos o sociometabolismo implicado na relação sociedade-natureza em suas diferentes territorialidades^[13].

O caso da região do Pacífico Oeste empresta um sentido mais complexo ao conceito de *contaminação comunitária*. Afinal, uma comunidade não é exclusivamente um agregado de pessoas num espaço geográfico determinado, nem tampouco o território é simplesmente um espaço geográfico diferenciado que, em Geografia, seria melhor definido pelo conceito de região. Não, uma comunidade e um território são, sempre, constituídos pelas relações sociais e de poder mergulhadas em tradições culturais num espaço determinado que, cada vez mais, estão imbricadas num sistema-mundo organizado de maneira assimétrica enquanto centro-periferia, inclusive, no interior dos países (colonialismo interno) e mesmo no interior das cidades. No caso dos países da região do Pacífico Oeste, assim como da região Sul-Sudeste Asiático, há uma dimensão propriamente comunitária tradicional que, de um modo ou outro, se manteve em sua forma primordial de reprodução (ZAVALETA MERCADO, 1982); e ainda que tenha se transformando, é onde prevalecem relações menos individualistas e uma adesão maior às regras consuetudinárias e seus sistemas de autoridades (HAN, 2020).

Isso, talvez, ajude a entender o porquê a contaminação comunitária não teria se manifestado com a mesma gravidade como nos países capitalistas mais desenvolvidos do mundo ocidental, onde prevalecem relações societárias mais individualizantes, mais fluídas (BAUMAN, 2001). Pode ajudar, ainda, a revelar fissuras nos seus sistemas públicos desses países, sobretudo nos últimos anos com a fragilização do caráter público do estado com as políticas liberais (DAVIS, 2020). Devemos relativizar, assim, a afirmação de alguns autores que assinalam que o eventual sucesso no controle da pandemia pelo governo chinês teria sido fruto de seu grau de centralização e do controle hierárquico efetuado pelo regime político comunista, haja vista o êxito no controle da pandemia em países como a Coreia do Sul e o Japão, com regimes liberal-capitalistas, mas que ainda mantém tradições comunitárias importantes^[14].

Há que se indagar até que ponto o atual desenvolvimento das forças produtivas na China, no Vietnã, no Japão e na Coreia do Sul afetarão essas tradições comunitárias, já que esse desenvolvimento tende a sobrevalorizar o conforto material e o gozo individual em detrimento do interesse coletivo e/ou comunitário. E o gozo individual^[15] (FREUD, [1921] 2018) tende a exacerbar o individualismo, a competição e menos a ajuda mútua^[16] (KROPOTKIN, [1921] 2009) que vem se revelando importantíssima no trato da pandemia. Afinal, a pandemia explicita a incompletude tanto ambiental como social de cada ser vivo, se é que possível separar essas dimensões.

Devemos destacar, também, que políticas estruturais com base na solidariedade social tendem a registrar resultados melhores quanto à saúde da população. Como se viu quando da prevalência do Estado de bem-estar social na Europa ocidental, fruto da influência dos sindicatos e dos partidos social-democratas, ou ainda nas experiências de regimes comunistas consolidados, como Cuba, a ex-URSS e a China que, ainda na primeira fase de sua revolução (até o final dos anos 1970), conseguira ampliar de 45 para 68 anos a esperança média de vida de sua população (CHUANG, 2020). Tudo indica que não é a renda per capita e o aumento do PIB que, por si sós, garantem um estado de bem-estar físico, social e psicológico (ambiental) de suas populações^[17].

No caso dos países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos é preciso considerar os efeitos das políticas neoliberais que, pouco a pouco, desde os anos 1970, com a ruptura unilateral efetuada pelos estadunidenses

do Tratado de Bretton Woods, vem retirando o que constava de caráter público do Estado que, por sua vez, vem sendo dominado por uma lógica empresarial privatista que afeta, inclusive, os sistemas médico-hospitalares. Os EEUU, talvez sejam o exemplo mais nefasto dessas políticas liberalizantes como se vê pelos efeitos devastadores do Coronavírus, ainda que devamos considerar as responsabilidades específicas derivadas de um governo, como o de Donald Trump que, tudo indica, não soube compreender a dimensão pública da saúde por conta da sua formação liberal-conservadora, ainda que tenha comprado vacinas.

Enfim, a pandemia revelou que nossos destinos estão atados aos destinos de cada um e a toda a humanidade, assim como as outras formas de vida não-humanas, inclusive vírus e bactérias. E, mais, nossos destinos se acham atados justamente pela maior integração alcançada desde a constituição do sistema mundo capitalista moderno-colonial patriarcal e que tem na compressão do espaço pelo tempo, enfim, na velocidade, um valor supremo – *time is money*^[18].

A alienação da nossa inscrição como seres humanos no metabolismo da vida levada ao paroxismo pelo sistema do mundo capitalista moderno-colonial, com sua sobrevalorização da riqueza como equivalente geral, abstrato, com o dinheiro e sua expressão quantitativa, nos fez ignorar as dimensões concretas/metabólicas e qualitativas das relações biocenóticas com as diversas biotas, com seus tempos/ritmos próprios de produção e reprodução, assim como os vários tempos/ritmos da multiplicidade de povos e culturas e suas qualidades próprias. Enfim, etnocídios, genocídios, epistemicídios e ecocídios. Assim, a louvada maior integração da economia global ensejou contradições sentidas de modo desigual segundo o lugar geográfico e social que cada grupo/classe social ocupa, insistimos. As duas regiões que mais se beneficiaram do sistema mundo capitalista moderno-colonial, a Europa e a América Anglo-Saxônica, foram as mais afetadas pela pandemia, ainda que no interior dos países tenham sido aqueles mais vulneráveis – seja pela idade, seja pelas condições sociais – os mais atingidos.

De fato, a velocidade da transmissão do Coronavírus encontrou na melhor infraestrutura logística, que foram pensadas/construídas justamente para facilitar o deslocamento de mercadorias e gentes, as melhores condições de propagação^[19]. Com isso, e por meio desses objetos técnicos (estradas, portos, aeroportos), alguns paradoxos se ergueram. O primeiro deles diz respeito a uma ordem sociometabólica onde a pandemia aproximou os maiores beneficiários do regime social que nos habita, aos mais prejudicados pela natureza opressora/explorada/subalternizadora das relações sociais e de poder que (ainda) nos governa. Afinal, o aumento da expectativa média de vida, a longevidade, é um dos critérios mais usados para afirmar a supremacia dos valores ocidentais. Paradoxalmente, os mais idosos são os mais vulneráveis a contaminação da COVID-19 e os que registram maior número de óbitos em decorrência da mesma. Assim, o destino daqueles que mais se beneficiam desse regime se acha atado ao destino do que mais vêm sofrendo seus efeitos mais perversos por sua condição social de oprimido/explorado/subalternizado nas relações sociais e de poder vigentes.

Outro paradoxo que deve ser apontado, e que foi exposto pela dinâmica da COVID-19, diz respeito à relação que se tem com o tempo, imposta pela geopolítica do conhecimento vigente (MIGNOLO, 2005, 2020). É a temporalidade própria do capital, com sua velocidade sempre crescente, que lhes permite chamar o diferente de atrasado e preguiçoso e, assim, desqualificar outras temporalidades/territorialidades. Daí seu caráter colonial. O tempo, segundo a lógica do capital e que tem no relógio sua melhor expressão, se torna uma variável abstrata, dissociada da matéria em sua espaço-temporalidade concreta, como assinalamos acima. Esse tempo abstrato em sua busca de maior produtividade submete a corporeidade material e espiritual dos povos e culturas em seus territórios. Enfim, uma razão insensível.

A dinâmica de acumulação do capital/do aumento da produtividade não se faz fora da natureza e do território e, dessa forma, a temporalidade/velocidade imposta pela concorrência e pela acumulação do capital altera temporalidades/espacialidades outras em seus geossistemas, culturas e outras racionalidades incluídas. Com isso, cadeias tróficas e territorialidades são rompidas em sua dinâmica reprodutiva e seres vivos, como

os vírus, se veem tendo que buscar outros ambientes e o fazem com uma velocidade de reprodução própria constantemente atualizada/adaptada.

A velocidade do processo de acumulação imposta pelo capital e sua colonialidade, em sua expansão/invasão permanente de territórios outros, vem encontrando na velocidade de reprodução do Coronavírus um limite sem paralelo com qualquer movimento contestatório ao capitalismo, que se vê diante de uma paralisação à escala global. Por outro lado, grupos financeiros, de novas tecnologias digitais, da indústria farmacêutica, de equipamentos médicos e grandes personalidades desse mesmo mundo vêm acumulando com a tragédia da pandemia, conforme registam a revista Forbes e a organização da sociedade civil OXFAM. Enfim, a pandemia vem explicitando as contradições do sistema societário que domina o mundo tanto do ponto de vista social e econômico como também epistêmico com seu fundamento na dominação da natureza/separação natureza-sociedade.

A dinâmica mutante do SARS-CoV2/Coronavírus só vem acentuando essa mútua dependência de cada lugar, região, país e continente, ainda que alertando que esse caráter de dependência mútua não deva eludir a assimetria implicada nessas relações sociais e de poder. Afinal, os destinos de todos e de cada um, humanos e não-humanos, estão implicados nas relações sociais e de poder que constituem o sistema mundo capitalista moderno-colonial em sua inscrição metabólica.

Como indicamos anteriormente, com a nova crescente de casos e óbitos, a segunda onda, as novas variantes do SARS-CoV2 vêm dominando o ambiente. Essa nova dinâmica também carece de análise, já que entre as novidades apresentadas, por exemplo, há o rebatismo das novas variantes com letras do alfabeto grego substituindo as designações iniciais, então chamadas como *variante britânica*, *variante sul-africana*, *variante amazônica* e *variante indiana* feitas pela OMS. Louvemos a iniciativa da Organização, pois assim evita as apropriações geopolíticas interessadas, além de evitar estigmatizações dos lugares/regiões/povos/países como se houvesse um determinismo geográfico^[20]. Em quatro continentes diferentes (Europa, África, América e Ásia) surgiram variantes que logo atravessaram ares e mares e infectaram populações em todos os lados, sobretudo os mais oprimidos/explorados/subalternizados da geografia social.

Todavia, não podemos deixar de observar que no novo batismo, os técnicos da OMS buscaram no alfabeto grego as novas referências, o que, mais uma vez, reafirma a colonialidade que comanda as organizações (que deveriam ser) multilaterais. E fazem isso, naturalmente, sem perceberem que reproduzem a colonialidade do saber e, com isso, a colonialidade do poder. Afinal, a Grécia é o berço da civilização ocidental, diz a tradição inventada, e não é o berço de todas as civilizações.

A inscrição metabólica da dinâmica societária não pode mais ser olvidada, como vem sendo por uma geopolítica do conhecimento (MIGNOLO, 2005, 2020) que subjaz à geoeconomia e à geopolítica global de caráter *eeurocêntrico* que submete a vida à economia: a bolsa ou a vida! Assim como não podemos ignorar a implicação de nossas vidas com as dinâmicas econômicas e políticas que se fazem à escala global, o fato de as sociedades estarem inscritas no metabolismo de reprodução da vida implica considerar as múltiplas escalas através das quais as relações se dão tanto local, como regional, como nacional. Afinal, as escalas não são externas às relações sociais e de poder que, no fundo, conformam as escalas que as conformam. As escalas local, regional e, até mesmo, nacional vêm sendo negligenciadas em função dos interesses que se fazem, afirmativos da escala global^[21]. No sistema mundo que (ainda) nos governa, as relações sociais e de poder têm sido organizadas de modo hierárquico onde os estados têm tido um papel fundamental na mediação geopolítica e econômica.

Entretanto, os estados têm sido capturados, desde os anos 1970 e dos anos 1990 com o Consenso de Washington, por uma lógica empresarial que emana das grandes corporações, ensejando o que Aníbal Quijano (2005) designou como *des-democratização* e *des-nacionalização* do Estado, ao submeter a lógica política à econômica e, assim, levando ao abandono do povo, dos povos, da nação, das nacionalidades (*des-nacionalização*). Com esses conceitos, Quijano quis acentuar como o Estado abandona a nação e, assim, se *des-*

nacionaliza e se *des-democratiza*, emprestando um sentido ao que antes se designava como desnacionalização um sinônimo de estrangeirização. Não, agora estamos diante da internalização nos estados das dinâmicas escalares de tal modo, que as oligarquias internas e externas estão imbricadas, o que enseja que os estados abandonem as nações, os povos e as classes – em situação de subalternização/opressão/exploração – que habitam seus territórios. Com isso, o monopólio da violência legítima advogado pelo estado, se torna, cada vez mais, simplesmente violência e, assim, a legitimidade que implicava a adesão do outro pelo convencimento se torna secundária. Tempos sombrios.

A vida, essa categoria olvidada (LEFF, 2016), em seu metabolismo implica a relação dos corpos de cada quem com a terra, a água, o ar, o fogo, as plantas, os animais enquanto comunidade/sociedade. Logo, em suas escalas, a começar pela do corpo (inclusive dos vírus), pelos lugares/comunidades que abrigam histórias locais de uma diversidade de experiências humanas em suas territorialidades que vêm sendo desperdiçadas pela colonialidade. Afinal, a primeira condição para se colonizar um povo/uma região é inferioriza-lo(a) e, assim, se desperdiça experiência humana. A devastação, o ecocídio, vêm sendo acompanhados pelo epistemicídio.

Insistimos, ainda que em tempos de caos sistêmico, vários setores como o capital financeiro, as grandes plataformas digitais e o setor farmacêutico vêm se beneficiando da pandemia, com lucros extraordinários. Em meio ao isolamento social, observam-se ensaios de formas de controle social, de relações sociais e de poder, aproveitando-se da atomização generalizada da população, como vem assinalando o filósofo italiano Giorgio Agamben (2020). Nesse sentido Han (2020) nos dá exemplos das formas de combate à COVID-19 exercidas nos países do Pacífico Oeste que muito bem poderiam ser enredos de episódios da já famosa série de ficção científica *Black Mirror* (2011 – 2019)

Quando alguém sai da estação de Pequim é captado automaticamente por uma câmera que mede sua temperatura corporal. Se a temperatura é preocupante todas as pessoas que estavam sentadas no mesmo vagão recebem uma notificação em seus celulares. Não é por acaso que o sistema sabe quem estava sentado em qual local no trem. As redes sociais contam que estão usando até drones para controlar as quarentenas. Se alguém rompe clandestinamente a quarentena um drone se dirige voando em sua direção e ordena que regresse à sua casa. Talvez até lhe dê uma multa e a deixe cair voando, quem sabe. Uma situação que para os europeus seria distópica, mas que, pelo visto, não tem resistência na China (HAN, 2020).

As práticas acima descritas por Han (2020), também teriam sido usadas além da China, em Taiwan, na Coreia do Sul e outros países. Contudo, mesmo que as práticas de biopolítica digital, como denomina Han, tenham sido efetivas no combate à pandemia, é de se alertar que formas de controle social com essas tecnobiopolíticas podem se desenrolar no futuro com práticas de controle de temperatura corporal, do peso, nível de açúcar no sangue ou seja lá mais o quê. Na verdade, já estão sendo postas em prática quando, com um celular, podemos ser orientados nas compras que fazemos quanto a quantidade de calorias e proteínas que adquirimos. Tudo para o bem da sua saúde, dizem. Na abertura dos Jogos Olímpicos de Tóquio em 2021, inclusive, um dos momentos mais destacados pela grande mídia foi a imagem de um globo terrestre formado por drones. É a estética do controle sendo naturalizada. A biopolítica digital está aí e não precisamos de nenhum regime autoritário centralizado, como se acusa os regimes comunistas.

Ainda segundo Han (2020b), já não vivemos mais sobre a ação do poder disciplinar e, mais, vivemos sob uma sofisticação refinada da “sociedade do controle”, que reforça a servidão voluntária (*Etienne La Boétie*) através de um *poder inteligente*, onde o biopoder se faz por meio de uma *psicopolítica*, interferindo nos desejos mais ocultos de cada um. Para isso, Han (2020b) expõe que as redes sociais e a *big data* possuem um papel fundamental com seus algoritmos com o “controle pela permissão” (poder inteligente). Assim, conseguem armazenar um máximo de informações e criar espécies de psicogramas individuais ou coletivos com a base de dados extensa para posteriormente utilizá-las para o que bem entendem ou, simplesmente, vendê-las. Esse novo momento não seria possível se não vivêssemos a era neoliberal que, mais que um conjunto de medidas de caráter político-econômico que o é, é também um modo de vida (BAUMAN, 2001; LANDER, 2005; HAN, 2020) que instiga o culto exacerbado do indivíduo. Reduz-se a liberdade ao bem-estar propiciado pelo

conforto e pelo consumo, o que Félix Guatarri (1982) havia caracterizado como *fabricação capitalística da subjetividade*.

ENSAIOS DE MUNDOS OUTROS EM MEIO AO CAOS

Como a história da humanidade move-se por contradições, outros horizontes de sentido para a vida vêm sendo engendrados em plena pandemia. Várias iniciativas de caráter local vêm sendo registradas entre populações indígenas, camponesas, quilombolas e nas periferias urbanas, seja com barreiras sanitárias para se auto protegerem, seja para garantir alimentação em restaurantes populares, seja auto-organizando creches para cuidar das crianças para que as mães possam ir ao trabalho.

Um pouco como fez a nação indígena wampi, na Amazônia peruana, através do seu “governo territorial autônomo”. Os wampi aproveitaram a pandemia para declarar sua floresta e seu “território legal” como “hospital natural”, exigindo o reconhecimento dessa condição e sua proteção por parte do Estado peruano. Assim, não permitirão a entrada de pesquisadores e empresas farmacêuticas para explorar suas florestas e apropriar-se de suas riquezas em termos de medicamentos, acumulados através dos próprios saberes da comunidade indígena. O governo do território autônomo também se encarregará de implementar um “Centro de Producción de Medicina Natural” a fim de proporcionar melhores condições de saúde para os wampi, “como um ato reivindicatório de revalorização e importância das plantas *maestras*” (HAESBAERT, 2021).

Nessas iniciativas há que se destacar o empenho e as ações das mulheres, que acumularam expertise de cuidado com a produção/reprodução e não só com a produção, ainda que essa expertise não deva ser atribuída a alguma condição natural na divisão sexual do trabalho, mas sim inscritas nas relações sociais e de poder em sua dimensão de gênero^[22]. Haveremos de buscar aí nessas experiências horizontes de sentidos outros para a vida e para a política.

Destacamos, aqui, que essas racionalidades práticas indicam caminhos de outras relações com aquilo que, na sociedade ocidental, se chama natureza, cujo paradigma fala de sua dominação com expressão maior no desenvolvimento. É esse paradigma de “dominação da natureza” com o uso da *tecnociência*, ambas expressões cunhadas por Francis Bacon (1561 – 1626), que está em crise.

A pandemia provocada pela COVID-19 é, talvez, a expressão mais completa de uma “dominação da natureza” imposta pelo patriarcalismo que subjaz ao fundamento científico que informa a lógica do capital. O próprio Francis Bacon reivindicava uma “filosofia masculina” para efetuar a “dominação da natureza” que seria estendido a tudo e todos que à natureza fosse assimilado: as mulheres, os povos não-brancos, “por natureza” inferiores, os que trabalham com as mãos (proletários e camponeses), que deveriam se submeter aos que trabalham com a mente, com a cabeça (*capita*). O conceito de natureza bem vale uma missa, parodiamos Karl Marx (PORTO-GONÇALVES, 1989). O que vem sendo gestado, a contrapelo, são outros horizontes de sentido com base no cuidado.

Até aqui não temos uma ciência do cuidado, mas da dominação da natureza. Outras matrizes de racionalidade, como a dos chamados povos tradicionais, até aqui dominados pelo colonialismo em suas múltiplas escalas, nos mostram com suas territorialidades outros horizontes de sentido para a vida. E não só no mundo não-urbano como se costuma crer. Afinal, é comum, nas periferias das cidades brasileiras, se fazer *mutirão* e, nas cidades do mundo andino, a *minga*. Ambas as expressões (*mutirão* e *minga*) têm origem no mundo indígena: *mutirão* é uma palavra/prática de origem guarani e significa ajuda mútua; *minga*, é de origem quécha-aymara^[23], significa trabalho coletivo realizado para o bem comum e que conforma relações comunitárias de outro tipo.

É como se as periferias dessas grandes cidades estivessem diante de uma colonização efetuada pelos de baixo, se é que a expressão “colonização” nos permite essa subversão de sentidos. Em suma, seja *mutirão* ou

minga são práticas de trabalho em comum, práticas de ajuda mútua que (r)existem nas periferias das cidades latino-americanas e que sinalizam para os limites da colonialidade do saber que se impõe como obstáculo cognitivo^[24]. Muitas são as iniciativas que vêm sendo postas em prática nesses tempos de pandemia com base nessas tradições reinventadas tanto no mundo não-urbano como nas periferias urbanas das cidades latino-americanas. Consideremo-las, pois.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto, vimos como um olhar sobre a dinâmica pandêmica no ano de 2020 nos aponta um caráter assimétrico das relações sociais e de poder, tal como os problemas decorrentes de uma geopolítica do conhecimento (MIGNOLO, 2005, 2020) que submete a vida à economia. O exorbitante número de casos e óbitos de COVID-19 na Europa e nos Estados Unidos tende a ser entendido como fruto da conectividade entre os lugares, tão exaltada como símbolo de uma natureza dominada pelo homem e símbolo de um tempo cada vez mais veloz (que, conseqüentemente suprime o espaço). Porém, não podemos ignorar que esses números espetaculares também são frutos da alta disponibilidade de testes a serem feitos pela população para melhor acompanhar/mapear o desenvolvimento do vírus na população/no território. Ou seja, ao mesmo tempo que Estados Unidos e Europa parecem ser castigados pelo Coronavírus a partir daquilo que se exaltava como símbolo de uma modernidade (alta expectativa de vida, redes de transporte e comunicação modernas, alto PIB, alta renda *per capita*, liberdade individual), essa mesma dinâmica nos revela a assimetria das relações de poder tanto em escala nacional como mundial, um exemplo de uma dupla relação de poder. Por um lado, o poder econômico, com a concentração dos dados e dos equipamentos necessários para o melhor monitoramento do avanço do vírus. Por outro lado, o poder colonial, a colonialidade, expondo qual população, qual território, tem mais importância e por isso tem um melhor acompanhamento nesse cenário de crise sanitária.

Essa colonialidade do poder, há de se destacar, se faz presente em diferentes ações no trato da pandemia. Não somente na concentração dos equipamentos médicos em uma sociedade que se diz “superior”, mas também na construção de narrativas favoráveis ou desfavoráveis a alguém: como as primeiras notícias sobre a origem do vírus que veiculavam o surgimento da doença atrelada à sopa de morcego e aos hábitos alimentares chineses (WALLACE, 2020); a mudança de status de epidemia para pandemia e a categorização de risco global da COVID-19, pela OMS, somente quando o vírus atingiu os territórios europeu e estadunidense (ROCHA *et al.*, 2020); a corrida das vacinas e os contextos especulatórios a partir dos seus locais de produção; a nomeação das novas variantes, com a primária designação georreferenciada do vírus e a posterior nomeação a partir das letras do alfabeto grego. Enfim, a influência colonial no trato da pandemia pode ser vista aos montes.

Entretanto, ainda que a dimensão colonial atue de forma significativa no trato da pandemia, esse mesmo cenário nos possibilita enxergar outros horizontes de sentido para a vida por meio das iniciativas das populações indígenas, camponesas, quilombolas, das periferias urbanas, enfim, das populações que são oprimidas/exploradas/subalternizadas – por esse sistema mundo capitalista moderno-colonial que (ainda) nos governa –, e que nos ensinam um senso de coletividade, de relação e respeito com a natureza, com o território, que perdemos dia-a-dia.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. O estado de exceção provocado por uma emergência imotivada. Instituto Humanitas Unisinos. [S.I.], 27 fev. 2020. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2020
- ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** São Paulo: Editora UNESP, 1996.

- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1982.
- CHUANG. Social contagion: microbiological class war in China. [S.I.]. 12 fev. 2020. Disponível em: . Acesso em: 18 mar. 2020
- DAVIS, M. A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo. In: DAVIS, M. *et al.* **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem amos, 2020.
- DICIONÁRIO INCA/ANDINO. Quechua, Aymara. Glossário de termos da tradição nativa sagrada andina. [S.I.]. Disponível em: . Acesso em: 28 set. 2020
- FREUD, S. Psicologia das Massas e Análise do Eu (1921). In: FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- GIANINNI, A. OMS passa a usar alfabeto grego nos nomes das variantes. **Veja**. [S.I.]. 1 jul. 2021. Disponível em <http://veja.abril.com.br/saude/oms-passa-a-usar-alfabeto-grego-nos-nomes-das-variantes/>. Acesso em: 3 jul. 2021.
- GUATTARI, F. **Micropolítica - cartografias do desejo**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982.
- GUIMARÃES, R. B. **Saúde: fundamentos de Geografia humana**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2015.
- GUIMARÃES, R. B. SAÚDE COLETIVA E O FAZER GEOGRÁFICO. Caderno Prudentino de Geografia, [S. l.], v. 2, n. 41, p. 119–132, 2019. Disponível em: . Acesso em: 3 jul. 2021
- GUTIERREZ, R. **Horizontes Comunitario-populares: producción de común más ala de políticas estadocêntricas**. México: Ed. Traficantes de Sueños, 2017.
- HAESBAERT, R. A exacerbção das desigualdades sociais e a contenção territorial em tempos de pandemia. In: FERRERAS, N. (org.). **Desigualdades globais e sociais em perspectiva temporal e espacial**. São Paulo: Hucitec, 2020.
- HAN, B-C. O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã. El País. [S.I.]. 22 mar. 2020. Disponível em: . Acesso em: 30 mar. 2020
- HAN, B-C. **Psicopolítica. O neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. 7ª edição. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020.
- HERRERA, G. C. Notas para una historia ambiental de la salud. HALAC - Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña. [S.I.], p. 107-116, 2020. Disponível em: . Acesso em: 30 jul. 2021
- HORTON, J. Covid: por que a vacinação nos EUA está ficando mais lenta?. BBC News Brasil. [S.I.]. 31 jul. 2021. Disponível em: . Acesso em: 31 jul. 2021
- KROPOTKIN, P. **A ajuda mútua: um fator de evolução**. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.
- LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO. 2005.
- LEFF, E. **A aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2016.
- LEFF, E. **Racionalidade ambiental. A reapropriação social da natureza**. México, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004.
- MATURANA, H; VARELA, F. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano**. Campinas: Psy II, 1995.
- MÉNDEZ, R. **Sitiados por la pandemia**. Del colapso a la reconstrucción: apuntes geográficos. Madrid: Revives, 2020.
- MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO. 2005.
- MIGNOLO, W. A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Cultural. Revista Lusófona de Educação, v. 48, n. 48, p. 187-224, 2020. Disponível em: < <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7324>>. Acesso em: 30 set. 2021

- OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE/WORLD HEALTH ORGANIZATION. Weekly Epidemiological Update. 29 december 2020. Disponível em . Acesso em 29 dez. 2020
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.
- QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, B. de S. S.; MENEZES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- QUIJANO, A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. Revista Estudos Avançados [online], São Paulo, v. 19, n. 55, 2005. Disponível em: . ISSN 1806-9592. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000300002>
- RIBEIRO, S. Los oscuros orígenes del vírus I e II. **La Jornada**. México. 30 jan. 2021. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2021/01/30/opinion/021a1eco>. Acesso em: 30 jan. 2021.
- ROCHA, P. H.; TRINDADE, H.; NEVES, R. P. DE A.; ROMÃO, E. F.; LIMA, L. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. Ensaio de Geografia, v. 6, n. 12, p. 133-160, 22 dez. 2020. Disponível em: . Acesso em: 30 jan. 2022
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4ª edição. 8ª reimpressão. São Paulo:EdUSP, 2014.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização** do pensamento único à consciência universal. 22ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- WALLACE, R. Notes on a novel coronavirus. **Monthly Review**. New York. 29 jan. 2020. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2020/01/29/notes-on-a-novel-coronavirus/>. Acesso em: 26 abr. 2020.
- WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- WALLERSTEIN, I. **Como concebemos do mundo o fim**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2002.
- ZAVALETA MERCADO, R. Problemas de la determinación y la forma primordial. In. FLACSO. **América Latina: desarrollo y perspectiva democráticas**. Costa Rica: FLACSO, 1982.